

BATALHA DE SÃO MAMEDE – ANTECÂMARA DA PÁTRIA PORTUGUESA¹

Abílio Lousada

A vitória dos Portucalense em São Mamede afastou D. Teresa da governação, anulou a influência galega dos Trava e colocou o príncipe D. Afonso Henriques à frente dos destinos da terra. 1128 é o ano um de Portugal!

A Primeira Tarde Portuguesa

Terá sido Alexandre Herculano, em *O Bobo*, o primeiro autor a assumir São Mamede como o acto iniciador de Portugal. Vale a pena citar o que enalteceu sobre o assunto:

“Se na batalha do campo de S. Mamede, em que Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes das do conde de Trava, a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituiríamos provavelmente hoje uma província de Espanha. Mas no progresso da civilização humana tínhamos uma missão que cumprir. Era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo, cheio de atividade e vigor, para cuja ação fosse insuficiente o âmbito da terra pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos destinos eram conquistar para o cristianismo e para a civilização três partes do mundo, devendo ter em recompensa unicamente a glória. E a glória dele é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, sumido no meio dos grandes impérios da Terra, o seu nome retumbou por todo o globo” (Herculano, 1901).

Em 1928, no âmbito das comemorações dos 800 anos da Batalha de São Mamede, o historiador e escritor vimaranense Alfredo Pimenta escreveu:

“A batalha de S. Mamede é o nosso grito de independência, é a nossa primeira afirmação de personalidade e de vontade. Vitorioso da hoste estrangeira, Afonso Henriques ergue voo, nas suas legítimas aspirações, e sonha o talhar de fronteiras que é o seu longo reinado” (Pimenta, 1928).

¹ Adaptado de Abílio Lousada, *Glorias e Desaires da História Militar de Portugal*, Lisboa, Manuscrito/Editorial Presença, 2018.

Mais recentemente (1992), o historiador José Mattoso assumiu o seguinte:

“Acontecimento, na verdade, memorável, porque fez explodir a força de um movimento autonomista que havia séculos se gerava nestas terras. Uma vez desabrochado, não cessou de aumentar e se fortalecer até criar esta Nação que tem desafiado os séculos. Assim nasceu a nossa Pátria, a fonte onde aurimos a nossa consciência de pertencermos a uma sociedade com características próprias. Melhor ou pior, temos uma personalidade nacional que se foi formando ao longo dos séculos. Por isso mesmo não podemos deixar de nos sentirmos fascinados com as nossas próprias origens” (Mattoso, 1992).

São Mamede não só precede como motiva todos os movimentos e acontecimentos posteriores. Portugal nasceu em Guimarães, no campo de São Mamede, naquela tarde de 24 de junho de 1128, que o artista Acácio Lino pintou em fresco (1922, na Assembleia da República) e baptizou com a feliz expressão «Primeira Tarde Portuguesa». Era Dia de São João Baptista, santo e profeta que, humildemente, arrepiou caminho e deu passagem a Outro maior do que ele (Jesus Cristo), abrindo-se uma era de luz e da Pátria Celeste. Também agora, D. Teresa, que sulcou os trilhos da autonomia, foi obrigada a conceder o protagonismo vindouro a um predestinado, o filho e príncipe Afonso. Portugal nasceu sob signo da bem-aventurança, a quem Cristo Ressuscitado concederia armas e protecção em Ourique.

A Política Portucalense no Centro do Turbilhão Galaico-Leonês

Até São Mamede, há três acontecimentos relativos a pai, mãe e filho, que merecem ser escrutinados para se perceber o contexto: vinda para a Península Ibérica de Henrique de Borgonha (1096); D. Teresa condessa do Condado Portucalense (1112); D. Afonso Henriques arma-se cavaleiro (1125).

Por méritos de valor guerreiro, nas lutas contra os almorávidas, e de bom administrador das terras que lhe são confiadas, em 1095-1096, D. Henrique de Borgonha casa com D. Teresa, filha ilegítima de Afonso VI, imperador das Espanhas, e recebe o governo do Condado Portucalense. Entretanto, um pouco antes, e pelas mesmas razões, o borgonhês D. Raimundo casou com D. Urraca, filha do mesmo imperador, recebendo o governo do condado da Galiza.

Entretanto, duas mortes vão acicatar o xadrez político da Hispânia: em 1107, de D. Raimundo, pretendo candidato ao trono imperial e, em 1112, de D. Henrique, conde

de Portucale. A um e a outro sucede-lhes a respectiva mulher; D. Urraca, no primeiro caso, e D. Teresa, no segundo. No meio destas duas mortes, em 1109 fina-se o imperador Afonso VI e D. Urraca assume o trono de Leão e Castela. As duas irmãs vão ‘travar-se de razões’, ao longo dos anos, pelo domínio territorial e protagonismo real, sendo certo que ambas têm nos respectivos filhos o legítimo herdeiro: Afonso Raimundes nos reinos de Leão e Castela (nascido em 1105) e Afonso Henriques no Condado Portucalense (nascido entre 1109 e 1111). É curioso verificar que uma vez atingida a idade adulta, ambos os filhos vão ter de esgrimir argumentos com as progenitoras pelo poder de tutela (Cassotti, 2008).

No que respeita à parte portucalense, reza a lenda que D. Henrique, no leito de morte em Astorga, aconselhou o filho com estas pungentes palavras:

“Filho toda esta terra que te eu leixo d’Estorga atta alem de Coimbra nom percas ende huum palmo qua eu a ganhey. E filho toma do meu coraçam algum tanto que sejas esforçado e sey conpanheyro a filhos d’algo. E da lhes todos seus direitos. E aos concelhos faze lhes honra. E a guissa como ajam direitos asi os grandes como os pequenos. E por rogo nem por cobiça nom leixes a fazer justiça ca se huum dia leixares de fazer justiça huum palmo em houtro dia se arredara de ti hua braça de teu coraçam. E porem, meu filho tem sempre justiça em teu coraçam” (Amaral e Barroca, 2012).

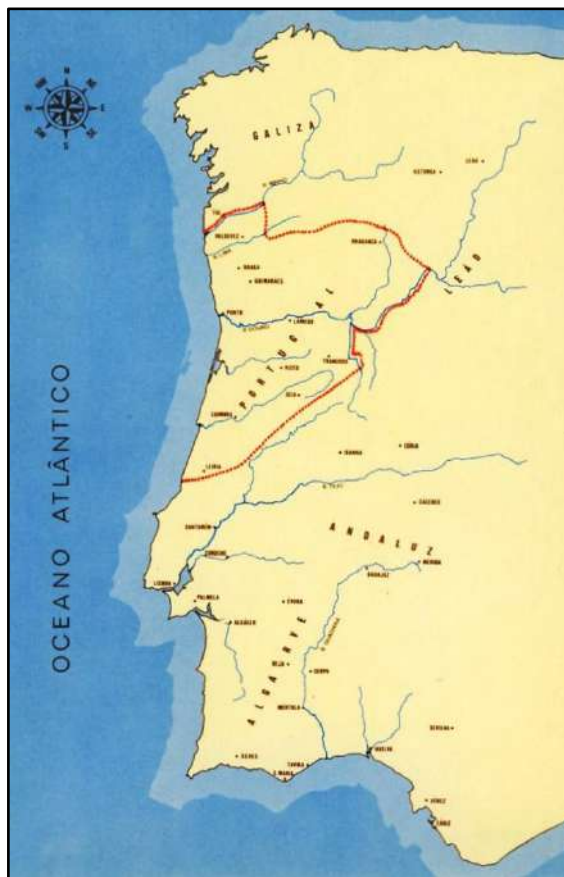
Palavras fortes e conselhos sábios. Quais eram os limites do território legado? A Norte, passava a Sul de Tui, de Límia e do território flaviense; a Oeste, ia do Minho ao Tejo; a Leste estendia-se entre a terra de Panóias, Lamego e seguia uma linha que envolveria o território egitaniense; quanto ao limite Sul, o Tejo era o curso que o definia (Serrão, Vol. II, 1992). Acrescente-se que Lisboa estava em poder dos almorávidas e que estes, em 1111, tomaram Santarém.

D. Afonso Henriques tem cerca de três anos e é a mãe, D. Teresa, quem assume a governação. Um magistério pautado pelo engrandecimento do condado e a procura de autonomia face à Galiza, primeiro, e ao próprio reino de Leão, depois. Uma governação exaltante e ambiciosa, que chegou a medir argumentos políticos e militares com D. Urraca e Afonso VII. Para o efeito, apoiou-se na classe senhorial de Entre Douro e Minho e no arcebispado de Braga.

Contudo, a partir de 1121, D. Teresa orienta-se politicamente para a Galiza e firma conluíus com a importante família dos Trava (Pedro Froilaz e os filhos Bermudo e

Fernando) e o influente arcebispo de Santiago de Compostela, D. Diogo Gelmires. Tratou-se de uma arriscada cartada política. Para aqueles, a disposição permitia restaurar a monarquia da Galiza. Para D. Teresa, entretanto assumida como rainha, a união de Portucale à Galiza garantia a unicidade do seu estrato populacional e fundamentava a disputa do poder leonês a D. Urraca.

Acontece que tais disposições chocaram com as mais importantes famílias portucalenses, inquietas face à subalternização à Galiza, numa altura em que o condado legado por D. Henrique estava territorial, política e socialmente fundamentado. Pretensões que esbarraram também em D. Paio Mendes, arcebispo de Braga. Afinal, o arcebispado caminhava para a individualização eclesiástica peninsular, desligando-se da dependência compostelana. A partir do momento que Bermudo e Fernando Peres de Trava se fixam no território portucalense e partilham os negócios da governação do condado, a situação acicata-se. Inclusive, Fernando Trava cinge o governo de Coimbra e terá contraído matrimónio com D. Teresa.



Condado Portucalense c. 1130

O ano da rutura é 1125. O príncipe D. Afonso Henriques arma-se cavaleiro na catedral de Zamora, à semelhança, aliás, do que fez o primo Afonso Raimundes, um ano antes, em Compostela. Corria o dia 13 de Maio de 1125, dia de Pentecostes, quando *“tomou de cima do altar as armas militares e vestiu-se e cingiu-se a si próprio diante do altar, como é costume fazerem os reis. Vestiu-se com a armadura como o Gigante, pois era grande de corpo, e cingindo-se a si próprio com as armas para as batalhas”* (Amaral e Barroca, 2012). O ato significava determinação em assumir a governação da terra herdada do pai. Mas D. Teresa protelou a situação!

Nesse mesmo ano, algumas de casas senhoriais portucalenses (ricos-homens) de Entre Douro e Minho e do Marão antagonizaram-se com a rainha-condessa,

destacando-se: os Sousa (Soeiro Mendes «o Grosso» e Gonçalo Mendes), da Maia (Paio Soares), de Ribadouro (Ermígio Moniz, senhor da Terra de Faria, e o irmão Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques), de Lamego, São Martinho, Penafiel, Santa Maria da Feira, Lanhoso e, mais tarde, de Baião (Egas Gosendes e os filhos João e Pedro Viegas) e o galego Sancho Nunes Barbosa (Amaral e Barroca, 2012; Mattoso, 1992).

O xadrez político revelava-se complexo. D. Teresa arrastou o Condado Portucalense para a órbita da Galiza, competindo contra a realeza da irmã Urraca. Os Trava uniram-se a D. Teresa para fortalecer a Galiza e guindá-la à dignidade de reino, libertando-a de Leão. Enquanto isso, os príncipes Afonso Raimundes e Afonso Henriques tomavam medidas contra as progenitoras, para resgatarem o poder régio e condal, respectivamente, que lhes pertencia por herança. Porém, enquanto no campo leonês e castelhano a situação se alterou, em 1126, com a morte de Urraca, na Terra Portucalense as armas afiavam-se.

Afonso Raimundes assumiu o trono, tornando-se Afonso VII, e exigiu submissão e reconhecimento às diversas parcelas territoriais limítrofes, particularmente às terras galaico-portucalenses. No último trimestre de 1127, percorreu, para esse efeito, o território, ostentou a força das suas tropas e montou cerco ao castelo de Guimarães. D. Teresa e Fernando Peres de Trava furtaram-se ao confronto com os exércitos reais e retiraram, enquanto D. Afonso Henriques se manteve no posto e encarou o primo. Naturalmente que se subordinou e lhe reconheceu a supremacia, mas o facto de ter mostrado determinação e coragem nesse momento valeram-se a admiração dos seus pares e a complacência de Afonso VII. Este foi, verdadeiramente, o momento de afirmação de Afonso Henriques.

Tira-teimas em São Mamede

Os ricos-homens que, coletivamente, desenharam o devir da Terra Portucalense, viram no príncipe o rosto que lhes garantiria a fiabilidade de uma linhagem régia (era neto do grande Afonso VI), o arrojo de uma liderança à medida e, mais importante, permitia adivinhar um projeto de futuro autonomista, face a uma expansão territorial e demográfica portucalense que já não admitia intromissões externas. Para eles, a especificidade sócio-política da Galiza e de Portucale divergiam e, por isso, urgia afastar D. Teresa, que se tornou pouco fiável, e os Trava, vistos como estrangeiros à terra. D. Paio Mendes uniu o clero e deu o assentimento.

Justificado num príncipe, amparado espiritualmente pela cruz, com o apoio militar da espada dos senhores da Terra e o aforro dos vilãos dos concelhos, Portugal ia começar.



Batalha de São Mamede. Fresco de Acácio Lino na Assembleia da República, 1929.

Não existem relatos do desenrolar da batalha de São Mamede. À época as batalhas campais eram raras, sendo mais frequentes as cavalgadas ou fossados (surtidas no território adversário) ou os cercos (submissão de castelos e localidades). Por vezes, as disputas ou inimizades irreconciliáveis resolviam-se através de torneios (jogos de guerra colectivos e montados). As batalhas ocorriam se os objectivos fossem vitais e os acordos inalcançáveis, traduzindo o momento inadiável e decisivo. Foi o que aconteceu em São Mamede. Sabe-se que se travou nas imediações do castelo de Guimarães, onde D. Afonso Henriques estava com os ricos-homens e as suas mesnadas (tropas privadas) que o apoiaram (ou que nele se justificaram), e que para ali confluíram as tropas dos Trava, idas de Viseu (Bermudo Trava), de Coimbra (Fernando Trava) e da Galiza. Quanto a Afonso VII, que não interferiu no processo, estaria mais interessado no protagonismo do primo, que lhe revelou vassalagem.

No campo de São Mamede as tropas galegas dos Trava e as portugalenses de D. Afonso Henriques alinharam para o confronto efetivos de reduzida dimensão. Previsivelmente, mais cavalaria por parte daqueles e muitos contingentes apeados apresentados por estes (lanceiros, fundibulários e arqueiros), atendendo à disponibilidade dos cidadãos dos concelhos. A formação de combate era uma linha de cavaleiros montados (de lança arrestada e espada), dispendo cada «grande senhor» as suas mesnadas lado a lado, que exigia ficar em lugar de destaque.

Consequentemente, a extensão da frente decorria do número de efetivos disponíveis, a peonagem ficava dispersa e a batalha resumia-se a um recontro de cavalarias em frentes paralelas, imperando o choque em detrimento da manobra, numa confusa acção de duelos intermináveis. O verdadeiro combate, aquele que interessava aos olhos dos participantes, era necessariamente travado entre iguais, tanto nas armas como na classe a que pertenciam. As baixas provocadas eram reduzidas.



D. Afonso Henriques. pintura original de Eduardo Malta, Câmara Municipal de Guimarães.

O resultado foi aceite e assumido como justo. Afinal, Deus arbitrava. São Mamede foi de tal forma marcante que, aos vitoriosos senhores do Minho, Douro e Marão, se juntaram os de Bragança e da Egitânia (alheados inicialmente do processo) e os de Viseu e de Coimbra, que maioritariamente estiveram com D. Teresa e os Trava. Afastada a influência galega, para o futuro os Portucalenses preocuparam-se com a pressão leonesa, a Norte, e orientaram o processo militar de reconquista contra os mouros, a Sul, que a prazo guindaria o condado à independência.

Com São Mamede, a História de Portugal entrou, realmente, no ano um.

Bibliografia Específica

- AA.VV., *2.º Congresso Histórico de Guimarães, Actas do Congresso – 7 Volumes*, Câmara Municipal de Guimarães '96/Universidade do Minho, 1996.
- AMARAL, Luís Carlos e BARROCA, Mário Jorge, *A Condessa Rainha. Teresa*, Círculo de Leitores, 2012.
- CASSOTTI, Marsilio, *D. Teresa. A Primeira Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.

- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de D. Afonso III*, 4 Volumes, Anotações Críticas de José Mattoso, Lisboa, Editora Bertrand, 1980-1981.
- MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.
- MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- PERES, Damião (Dir.), *História de Portugal*, 9 Volumes, Barcelos, Edição Monumental da Portucalense Editora Lda, 1928-1954.
- PIMENTA, Alfredo, *A Ilustração Moderna*, n.º 25/26, Julho-Agosto de 1928.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 Volumes, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.